

ESTADO DE SÃO PAULO
19 JAN 1995

Outra experiência na Saúde

Dentro de pouco mais de mês São Paulo começará a assistir a mais uma experiência no campo da Saúde Pública. Depois de defrontar-se com todo tipo de problema e de ensaiar várias soluções — inclusive uma parceria em forma de convênio com a Associação Paulista de Medicina e grandes escolas médicas —, a Prefeitura parte para o *Plano de Atendimento à Saúde (PAS)*, cuja primeira curiosidade começa na escolha de seu principal gestor: um sociólogo e não um médico. O projeto piloto já tem delimitação geográfica escolhida, os bairros de Perus e Pirituba. A população terá prazo para cadastramento e o primeiro público-alvo — critério sensato — são os habitantes de moradias isentas de IPTU.

Do pouco que se conhece do projeto divulgado pela imprensa, a regionalização pretendida parece, sem dúvida, o aspecto mais promis-

sor do plano. Não é de hoje que se sabe que qualquer otimização de recursos públicos passa pela exata delimitação da área beneficiada. Quando se pode ter com clareza a quantidade de recursos humanos e materiais necessários para atender à sua demanda de serviços, a probabilidade de planejamento aumenta e com ela a de desperdício diminui. Até mesmo do ponto de vista político as pressões diminuem quando se regionaliza o atendimento. Quando se circunscreve a demanda é possível regular a oferta. E vigiá-la.

Afora o caráter de regionalização, o PAS tem outras propostas, que merecem discussão. A se confirmar o que vem sendo divulgado pela imprensa, sérios problemas de gestão, não apenas no projeto piloto, mas em todo o sistema de saúde em São Paulo podem ser esperados. Independentemente de qualquer juízo de valor sobre o novo projeto, deve

pensar-se em termos de alguma continuidade administrativa — ao menos ao longo da mesma gestão, porque, enfim, se os secretários de Saúde foram vários, o prefeito segue sendo o mesmo. Não se pode gastar fortuna em publicidade, prometendo que a Prefeitura resolve o problema da saúde “começando por quem resolve o problema do paciente” — divulgando a conquista de piso salarial minimamente digno para o médico e

todo um projeto de carreira — e, na semana seguinte, literalmente, dar posse a novo secretário de Saúde que, na primeira entrevista, avisa: médicos e funcionários serão licenciados (sem perda dos seus direitos) ou pedirão demissão antes de

ser contratados pelas cooperativas, ponto base do PAS! Há mais. Quando o piso dos médicos foi votado pela Câmara Municipal, os vereadores compuseram-se em nome do estabelecer de plano de cargos e salários, de perspectiva de carreira, pa-

ra o profissional de saúde. A publicidade oficial louvava exatamente isso. Três dias depois muda tudo no trato com os médicos e a população. Que sucederá com o que foi votado na Câmara? É letra morta?

Ao regionalizar o atendimento, a Prefeitura esqueceu os acordos assinados?

O PAS ainda é um ilustre desconhecido. Pode ter ou não pontos favoráveis. Mas não sinaliza a mínima coerência nos atos da administração. Por todas essas razões, deve ser mais bem conhecido. Especialmente porque pode vir a ser uma solução.